CARTOGRAFIA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

REGIMES DE ATENÇÃO À VIDA NAS RUAS

uma cartografia das Ciências Sociais brasileiras

2010-2025

AUTORIA

MATHEUS DE OLIVEIRA BARROS

Ciências Sociais · vida nas ruas · geografia do conhecimento

102
TRABALHOS

Regimes de atenção à vida nas ruas: uma cartografia das Ciências Sociais brasileiras (2010–2025)

MATHEUS DE OLIVEIRA BARROS

Regimes of attention to life on the streets: a cartography of Brazilian Social Sciences (2010–2025)

RESUMO

O artigo cartografa 102 teses e dissertações defendidas entre 2010 e 2025 em programas brasileiros de Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política que tomaram a população em situação de rua como objeto central. A base articula origem institucional, lócus empírico, porte urbano, metodologias, marcadores analíticos e localidades de pesquisa. Defendemos que a geografia dessa produção se organiza por regimes de atenção inscritos em uma economia do visível, e não apenas pela concentração da pós-graduação, pela população registrada ou pela morfologia urbana. Os resultados mostram produção contínua, predomínio qualitativo, centralidade metropolitana, presença substantiva de cidades médias e distribuição regional seletiva. A cartografia revela onde e a partir de quais posições e mediações as Ciências Sociais tornaram a vida nas ruas visível e inteligível.

Palavras-chave: população em situação de rua; produção científica; Ciências Sociais; regimes de atenção.

ABSTRACT

This article maps 102 theses and dissertations on people experiencing homelessness, defended from 2010 to 2025 in Brazilian Social Science graduate programs. The database connects institutional origin, empirical locus, urban scale, methods, analytical markers, and research sites. We argue that their geography follows regimes of attention embedded in an economy of the visible, not only graduate-program concentration, registered population, or urban morphology. Results show continuous, predominantly qualitative production, metropolitan centrality, substantial participation by medium-sized cities, and selective regional distribution. The cartography reveals where, from which positions, and through which mediations Brazilian Social Sciences have made life on the streets visible and intelligible.

Keywords: people experiencing homelessness; scientific production; Social Sciences; regimes of attention; medium-sized cities.

1 Introdução

Este artigo apresenta uma cartografia das produções das Ciências Sociais brasileiras — Sociologia, Antropologia e Ciência Política — que tomaram a população em situação de rua como temática empírica e analítica entre 2010 e 2025. Mais do que organizar um estado da arte em sentido clássico, nosso interesse consiste em compreender o saber acadêmico como prática social atravessada por interesses de pesquisa, posições, condições institucionais e relações com os territórios investigados. Dito isso, não buscamos apenas saber quantos trabalhos foram produzidos. Procuramos identificar as regularidades que organizam essa arena produtiva: onde se produz, quais cidades são transformadas em lócus empírico, por meio de quais métodos pesquisadores se aproximam dos sujeitos e quais dimensões da vida nas ruas são tornadas mais visíveis.

O conhecimento acadêmico não se distribui de maneira homogênea pelo território nacional, tampouco se organiza de forma neutra diante das cidades que elege. Nas Ciências Sociais brasileiras, a concentração institucional e a centralidade analítica atribuída às grandes cidades contribuíram para produzir modelos implícitos daquilo que conta como cidade, experiência urbana e problema social relevante. Lefebvre (2009; 2019) problematizou a conversão de experiências urbanas particulares em modelos gerais; Santos (1993) demonstrou que a urbanização brasileira deve ser compreendida a partir de formações territoriais desiguais e de uma rede urbana mais complexa do que a oposição entre metrópole e interior permite supor; Soja (1993), por sua vez, recolocou a espacialidade no centro da teoria social crítica. É a partir desse horizonte que perguntamos não apenas o que se conhece sobre a vida nas ruas, mas a partir de quais posições e espacialidades esse conhecimento foi construído.

Chamamos de metropolitanidade uma disposição analítica que transforma experiências metropolitanas em medida implícita do urbano. Ela não se confunde com a simples presença de metrópoles no corpus e tampouco significa que toda pesquisa realizada nesses contextos universalize seus resultados. Trata-se de uma tradição mais ampla, presente nas Ciências Sociais e no pensamento urbano, por meio da qual categorias produzidas em cidades de grande escala, densidade e complexidade institucional adquirem capacidade de circular como explicações gerais. Esse movimento importa porque escalas urbanas menores não constituem versões reduzidas da metrópole. Elas produzem outros regimes de proximidade, circulação, reconhecimento, anonimato, controle e acesso institucional. Ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar que o volume da população, a morfologia urbana e a densidade dos serviços interferem nas experiências de rua. Nossa posição consiste precisamente em recusar que essas dimensões sejam tomadas, isoladamente, como explicação suficiente.

Revisões anteriores demonstraram o caráter interdisciplinar e a crescente institucionalização dos estudos sobre a população em situação de rua, com presença importante da Psicologia, da Saúde, do Serviço Social e de outros campos (SICARI; ZANELLA, 2018; MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019; RIZZINI; COUTO, 2019). Nosso recorte é deliberadamente mais estreito: teses e dissertações vinculadas a programas stricto sensu de Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Essa delimitação não atribui maior importância a essas áreas, nem pretende representar toda a produção acadêmica brasileira. Ela permite observar, com consistência interna, como um conjunto de disciplinas particularmente dedicado às relações entre cidade, desigualdade, sociabilidade, poder e diferença aborda a população em situação de rua como objeto de estudo.

O período analisado inicia-se após a promulgação do Decreto nº 7.053/2009, responsável por instituir a Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009). A política não criou o tema acadêmico, mas consolidou uma forma pública de nomeação e reconhecimento dessa população como sujeito de direitos e objeto legítimo de intervenção estatal (PRIORI, 2019).

Defendemos que esse processo de institucionalização participa das condições sob as quais a questão se torna pesquisável. A criação de serviços, fóruns, políticas, categorias administrativas e redes de atendimento não determina a produção científica, mas amplia os espaços nos quais o fenômeno é nomeado, discutido, registrado e acessado.

Nosso argumento se organiza em três níveis articulados. O primeiro é epistemológico e problematiza os princípios de escolha e classificação dos objetos. O segundo é socioespacial e examina regiões, cidades, portes urbanos e localidades privilegiadas. O terceiro é político-institucional e considera programas, universidades, políticas e equipamentos que oferecem condições concretas para a realização das pesquisas. A articulação entre esses planos evita reduzir a geografia do conhecimento à localização da pós-graduação ou supor que o número de pessoas em situação de rua determine, por correspondência, a quantidade de trabalhos.

É nesse ponto que mobilizamos as noções de regime de atenção e economia do visível. Regime de atenção designa a configuração por meio da qual certas questões, territórios e experiências adquirem relevância e se convertem em objetos possíveis, legítimos ou urgentes para um programa e seus pesquisadores. A economia do visível corresponde ao conjunto mais amplo de relações que distribui atenção, reconhecimento, anonimato, vigilância e exposição. Nela se combinam a presença pública da população em situação de rua, as transformações locais, a circulação do tema na imprensa e no debate político, a existência de equipamentos e políticas públicas, as tradições dos programas e os interesses construídos nas trajetórias de pesquisa. Mais do que enumerar fatores, trata-se de reconhecer que cada programa possui regimes produtivos próprios, constituídos no encontro entre lógicas científicas, questões regionais e possibilidades concretas de acesso ao campo. Nascimento (2021) demonstrou que as agendas da Sociologia brasileira respondem simultaneamente às dinâmicas internas da vida científica e aos problemas sociais e regionais que ganham relevância em cada contexto. Essa formulação é decisiva para o argumento aqui defendido.

A cartografia reúne 102 trabalhos e distingue a região do programa que produz a pesquisa da região investigada. Além disso, compara, de maneira descritiva, a participação regional nos estudos com a participação regional das pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) em dezembro de 2025. Esse procedimento não pretende oferecer uma medida exata do interesse acadêmico ou da incidência real do fenômeno. Seu objetivo é demonstrar, com maior precisão, que a produção se organiza por concentrações, agendas locais e zonas de baixa incidência que não coincidem automaticamente com a distribuição administrativa das pessoas registradas.

2 Cartografar o saber: posições produtivas e economia do visível

Os estudos do tipo estado da arte constituem procedimentos de sistematização capazes de identificar recorrências, inflexões e zonas pouco exploradas em um domínio de pesquisa (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Neste trabalho, entretanto, o inventário não constitui um fim em si mesmo. A cartografia procura objetivar as condições sociais e espaciais da produção científica, tratando escolhas de tema, método e lócus como operações situadas. Em aproximação com Bourdieu (2011; 2024), observamos posições produtivas: instituições, programas, tradições disciplinares, interesses e acessos empíricos a partir dos quais a população em situação de rua se converte em objeto científico. Não se trata de afirmar que reconstruímos relacionalmente todo o campo, seus capitais e disputas. A contribuição de Bourdieu comparece como uma orientação reflexiva capaz de submeter a própria produção do objeto à análise.

Essa precaução é importante porque classificar também produz visibilidade. As categorias não apenas descrevem o mundo social; elas participam de sua organização e estabelecem diferenças

reconhecíveis (BOURDIEU, 2020). Ao classificarmos um trabalho por região, porte urbano, metodologia, marcador ou localidade, construímos uma forma de leitura que torna alguns aspectos comparáveis e deixa outros em segundo plano. Por essa razão, as categorias da base foram elaboradas no contato com os textos, sucessivamente confrontadas com os casos e utilizadas como operadores analíticos, não como etiquetas neutras.

O espaço ocupa uma posição central nessa operação. Ele não constitui cenário passivo das relações sociais, mas dimensão constitutiva de práticas, conflitos, percursos e modos de conhecer. A população em situação de rua transforma ruas, praças, centros, equipamentos e circuitos de mobilidade em lugares praticados, nos termos de Certeau (2014), e em espaços de usos e contra-usos (LEITE, 2007). De maneira semelhante, o pesquisador não chega a uma "rua" abstrata. Ele se aproxima por serviços, instituições, redes profissionais, projetos, áreas centrais, territórios de uso ou circuitos de circulação que condicionam o encontro, o tempo de permanência e aquilo que pode ser observado.

Assim, a categoria localidade possui uma dupla função. Ela informa onde a população em situação de rua foi procurada, mas também indica de qual lugar o pesquisador a observou. Um estudo realizado em um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), em uma praça central ou acompanhando itinerários não apresenta apenas recortes espaciais diferentes; ele parte de posições distintas diante do objeto. Cada posição oferece possibilidades específicas de acesso e produz seus próprios limites de visão. Cartografar localidades significa, nesse sentido, cartografar também os pontos de observação a partir dos quais as Ciências Sociais construíram a vida nas ruas como realidade inteligível.

A economia do visível permite reunir essas mediações sem produzir uma explicação mecânica. A presença de pessoas nas ruas pode adquirir maior ou menor saliência conforme a escala urbana, a recorrência dos encontros, as transformações do centro, a criação de um equipamento, um conflito local, a emergência de uma política, a circulação de determinada classificação ou a consolidação de uma linha de pesquisa. O visível não se reduz ao que pode ser enxergado. Ele é aquilo que, em certas condições, passa a ser reconhecido, nomeado e tratado como problema. Também não possui um sentido necessariamente emancipatório: tornar uma população visível pode ampliar direitos e recursos, mas pode igualmente intensificar vigilância, controle e intervenções repressivas.

Os dados administrativos participam dessa economia. Eles não são espelhos transparentes de uma população preexistente, pois dependem de categorias, equipamentos, procedimentos de abordagem e capacidades locais de cadastramento. Da mesma maneira, equipamentos socioassistenciais não oferecem apenas acesso ao campo; eles selecionam sujeitos já alcançados pelas redes institucionais e organizam formas próprias de enunciação. A economia do visível é, portanto, uma economia relacional: articula presenças urbanas, dispositivos públicos, classificações, interesses científicos e posições de observação.

Essa formulação ajuda a compreender por que a desigualdade regional da produção não se resume à desigualdade entre sistemas de pós-graduação. A base de programas de pós-graduação stricto sensu da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), referente a 2024, registra 150 programas nas áreas de conhecimento que estruturam nosso universo: 64 em Ciência Política, 53 em Sociologia e 33 em Antropologia. Regionalmente, são 59 programas no Sudeste, 36 no Nordeste, 26 no Sul, 20 no Centro-Oeste e nove no Norte (CAPES, 2025). Trata-se de uma referência contemporânea da capacidade instalada, e não de um denominador longitudinal diretamente equivalente ao período de 2010 a 2025. Ainda assim, ela qualifica a leitura do corpus: a Ciência Política possui o maior universo formal e comparece em apenas dois trabalhos; o Nordeste, com menos programas que o Sudeste, produz 30 trabalhos diante de 45 no Sudeste; e o Norte, com nove programas, aparece como origem de apenas uma pesquisa.

Essas diferenças demonstram que a estrutura da pós-graduação importa, mas não encerra a explicação. No Nordeste, a participação expressiva de estudos em Fortaleza e da Universidade Federal do Ceará (UFC) indica uma agenda local consolidada, capaz de transformar a vida nas ruas em problema recorrente de pesquisa. No Norte, um universo institucional menor se combina com baixa incidência no corpus, mas nem o número de programas nem a menor participação regional nos registros administrativos explica, sozinho, a diferença. Entre uma realidade urbana e sua transformação em objeto científico existe uma cadeia de mediações: a questão precisa adquirir presença pública, encontrar tradições de pesquisa, orientações, recursos, acessos e interesses capazes de sustentá-la. É essa cadeia que chamamos de regime de atenção.

A própria existência da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), criada em 2006 e dedicada especificamente à produção e à organização do espaço das cidades médias, oferece um exemplo importante de como agendas coletivas podem deslocar prioridades historicamente metropolitanas e acumular um repertório de investigação sobre outras escalas urbanas (REDE DE PESQUISADORES SOBRE CIDADES MÉDIAS, [s. d.]). A ReCiMe não estuda especificamente a população em situação de rua e não funciona como instrumento de classificação deste corpus. Sua relevância para nosso argumento está em demonstrar que uma agenda de pesquisa se constrói por redes, interlocuções e investimentos continuados. Como assinala Sposito (2007), cidades médias exigem uma abordagem interescalar, atenta à posição na rede urbana e às dinâmicas socioespaciais que nelas se organizam.

3 Recortes, critérios e construção da base

O corpus foi constituído por teses e dissertações defendidas entre 2010 e 2025 em programas brasileiros de Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Teses e dissertações são momentos privilegiados de experimentação teórica e metodológica e, em muitos casos, antecedem a circulação dos resultados em artigos e livros. A unidade de análise é o trabalho acadêmico, e a vinculação formal a um desses programas constituiu critério indispensável de inclusão.

A localização das produções combinou o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e repositórios institucionais. Foram utilizados os descritores “população em situação de rua”, “pessoas em situação de rua”, “moradores de rua”, “viventes de rua”, “vida nas ruas” e variações semanticamente próximas, nos campos de título, resumo, palavras-chave e assunto, conforme os recursos oferecidos por cada plataforma. A combinação de fontes procurou reduzir lacunas de indexação e a dependência de um único repositório.

Foram incluídos somente trabalhos nos quais a população em situação de rua constitui objeto central, estruturando a problemática, os objetivos ou o percurso empírico. Foram excluídas pesquisas em que essa população aparece de maneira tangencial, episódica ou como parte indiferenciada de um conjunto mais amplo de usuários do espaço urbano. A verificação da centralidade começou pela leitura de títulos, resumos e palavras-chave, mas não se encerrou nesses elementos. Em muitos casos, foi necessário examinar sumários, introduções, objetivos, capítulos empíricos, procedimentos metodológicos e considerações finais; nas situações em que as categorias permaneciam imprecisas ou o resumo não correspondia ao desenvolvimento efetivo da pesquisa, lemos partes substanciais ou a obra completa.

A base registra dados bibliográficos, autoria, instituição, programa, área, nível acadêmico, ano, orientação, localização do programa de pós-graduação, cidade e região pesquisadas, porte urbano, estratégias metodológicas, marcadores analíticos e localidades empíricas. Métodos, marcadores e localidades admitem respostas múltiplas: um trabalho pode articular etnografia e entrevistas,

mobilizar gênero e violência ou pesquisar simultaneamente equipamentos e circuitos urbanos. Por isso, os percentuais desses eixos não somam 100%.

O porte das cidades foi classificado mediante uma combinação de dimensão demográfica, função e posição na rede urbana. A leitura dialoga com o estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC) 2018, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que define hierarquias e regiões de influência a partir de fluxos, funções de gestão, equipamentos e serviços (IBGE, 2020), e com a literatura sobre cidades médias, que recusa sua redução a uma faixa populacional rígida (SPOSITO, 2007). REGIC e ReCiMe, portanto, ocupam lugares distintos: a primeira oferece uma referência institucional sobre a rede urbana brasileira; a segunda constitui uma rede de pesquisa especializada em cidades médias. Na análise do porte, foram excluídos um estudo nacional sem cidade definida e um trabalho realizado em Bogotá, resultando em 100 casos brasileiros classificáveis.

A base reúne 102 produções. Em 96 casos, foi possível localizar o texto integral ou um registro anteriormente conferido; em seis, a classificação dependeu dos metadados e das seções disponíveis enquanto o texto completo permanecia indisponível. Os campos analíticos desses seis trabalhos foram preenchidos com base nas informações acessíveis, mas essa condição recomenda cautela nas leituras de maior detalhe. O suplemento preparado para a submissão contém a base original, a base analítica, o dicionário de variáveis, as regras de classificação e as tabelas de resultados.

Para comparar a distribuição dos estudos e a distribuição administrativa da população registrada, construímos um quociente descritivo de atenção regional:

$$QAr = \text{participação da região nos trabalhos} / \text{participação da região nas pessoas registradas}.$$

O numerador considera 99 trabalhos com lócus empírico situado em uma região brasileira; dois estudos nacionais sem localização regional e o trabalho exterior foram excluídos. O denominador utiliza as 365.809 pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2025, conforme o levantamento do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, do Programa Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais (Polos-UFMG) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), publicado em 2025. Valor superior a 1 indica que a participação da região nos estudos é maior do que sua participação nos registros; valor inferior a 1 indica o movimento contrário.

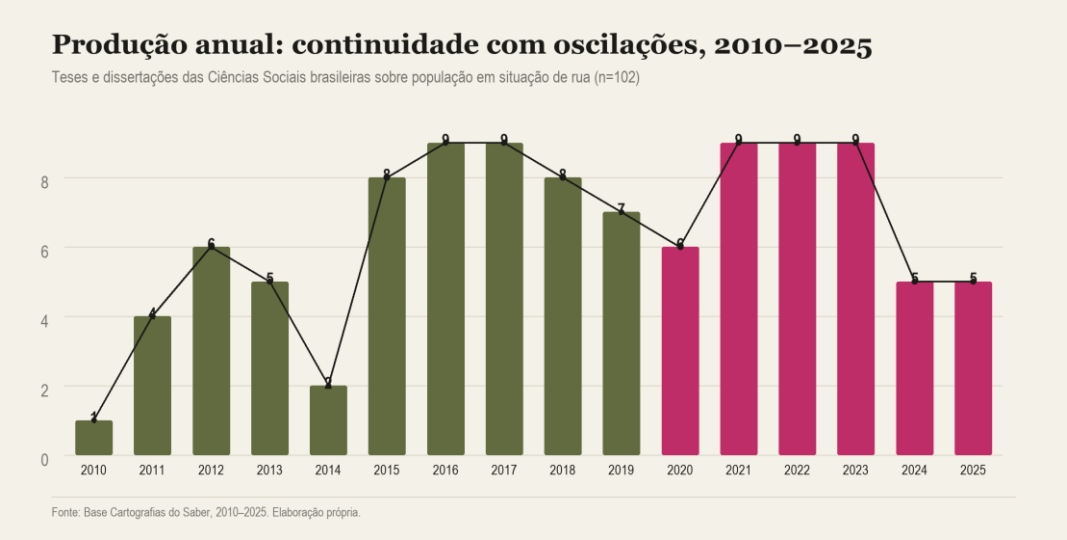
Essa comparação requer uma ressalva central. O Cadastro Único não é um censo da população em situação de rua. Trata-se de um registro administrativo voltado à identificação de pessoas e famílias de baixa renda e ao acesso a políticas e benefícios. No caso da população em situação de rua, o cadastramento depende da atuação de Centros POP, Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), serviços de abordagem e postos locais, de modo que capacidades institucionais diferentes produzem capacidades diferentes de registrar (BRASIL, 2024). Além disso, registro administrativo e contagem em campo não constituem universos necessariamente coincidentes: enquanto o Cadastro Único organiza o acesso a políticas e benefícios, o levantamento censitário locais, como o exemplo de Aracaju - SE, articulou uma etapa quantitativa de contagem e outra quanti-qualitativa de caracterização. Na contagem, os critérios de inclusão abrangeram pessoas adultas que dormiam e acordavam nas ruas e aquelas que, no período do recenseamento, estavam em abrigos públicos ou em determinados serviços de saúde e utilizavam esses espaços como local habitual de pernoite, internação ou moradia temporária (GAMA et al., 2026). Os números expressam, assim, uma realidade social e uma forma institucional de torná-la legível. O quociente não compara estudos com uma suposta “incidência verdadeira”; compara a geografia da produção acadêmica com a geografia de uma visibilidade

administrativa específica. É justamente por isso que ele integra, e não encerra, a análise da economia do visível.

4 Trajetória e composição institucional

A produção apresenta continuidade e oscilações entre 2010 e 2025. O corpus começa com um trabalho em 2010 e alcança nove trabalhos em 2016, 2017, 2021, 2022 e 2023. Entre 2015 e 2023, mantém-se em um patamar relativamente estável, variando entre seis e nove trabalhos anuais. Os cinco registros de 2024 e os cinco de 2025 devem ser lidos diante do intervalo recorrente entre defesa, depósito e indexação. Não é possível, portanto, afirmar que o recuo dos dois últimos anos represente uma diminuição consolidada da produção.

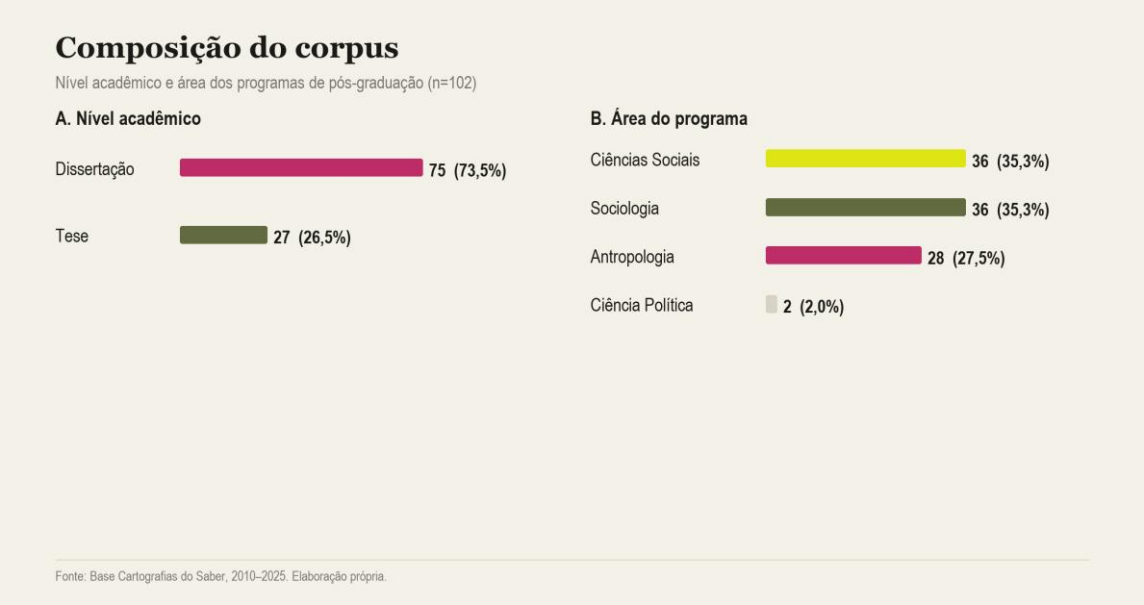
Figura 1 – Trajetória anual da produção, 2010–2025



O Decreto nº 7.053/2009 integra o horizonte político-institucional no qual essa série se desenvolve. Ao consolidar a categoria "população em situação de rua", afirmar direitos e favorecer a criação de políticas, fóruns e serviços, a Política Nacional ampliou as condições públicas de nomeação e acesso ao tema. O desenho do artigo, entretanto, não acompanha de forma sistemática um período anterior a 2010 e não permite isolar o efeito da política sobre a produção. Nossa posição é mais precisa: a institucionalização compõe a economia do visível na qual os trabalhos foram realizados, sem constituir sua explicação exclusiva.

As dissertações representam 75 trabalhos (73,5%) e as teses, 27 (26,5%). A predominância do mestrado não constitui evidência automática de baixa consolidação temática. Ela também expressa a duração mais curta dos cursos, o maior fluxo de defesas e as mudanças de objeto ao longo das trajetórias acadêmicas. No plano disciplinar, Ciências Sociais e Sociologia aparecem empatadas, com 36 trabalhos cada (35,3%); Antropologia reúne 28 (27,5%) e Ciência Política, dois (2,0%).

Figura 2 – Composição do corpus por nível acadêmico e área do programa



Essa composição ajuda a compreender o perfil do corpus. A presença combinada de Sociologia, Antropologia e programas de Ciências Sociais favorece perguntas sobre práticas, instituições, trajetórias, conflitos e sociabilidades. A participação mínima da Ciência Política é um resultado particularmente expressivo. Embora políticas públicas, direitos e dispositivos estatais constituam o marcador mais frequente da base, somente dois trabalhos foram defendidos em programas formalmente classificados nessa área. Como a base da Capes registra 64 programas de Ciência Política em 2024, a baixa presença não pode ser atribuída à inexistência de capacidade instalada. O dado mostra que as políticas dirigidas à população em situação de rua têm sido investigadas principalmente a partir de outros espaços disciplinares.

A distribuição institucional é, ao mesmo tempo, plural e concentrada. Quarenta instituições aparecem no corpus. A UFC reúne sete trabalhos, o maior número; a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade de São Paulo (USP) possuem seis cada; a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), cinco cada. O lugar ocupado pela UFC demonstra que a atenção ao tema não constitui simples extensão da densidade acadêmica do Sudeste. Orientações, grupos, trajetórias e problemas regionais produzem agendas locais capazes de conferir continuidade a uma questão. Não por acaso, Nascimento (2021) demonstra que os programas participam ativamente da tradução de problemas sociais e regionais em problemas sociológicos.

5 Geografias da atenção: população, agendas locais e metropolitanidade

Para compreender a geografia da produção, distinguimos duas informações frequentemente confundidas: a região do programa de pós-graduação, que indica a origem institucional do conhecimento, e a região do lócus empírico, que indica onde o fenômeno foi pesquisado. Dos 102 trabalhos, 45 foram produzidos em programas do Sudeste, 30 do Nordeste, 19 do Sul, sete do Centro-Oeste e um do Norte. Entre os 99 trabalhos territorializados em regiões brasileiras, 40 investigam o Sudeste, 32 o Nordeste, 19 o Sul, sete o Centro-Oeste e um o Norte.

Figura 3 – Região do programa e região do lócus empírico

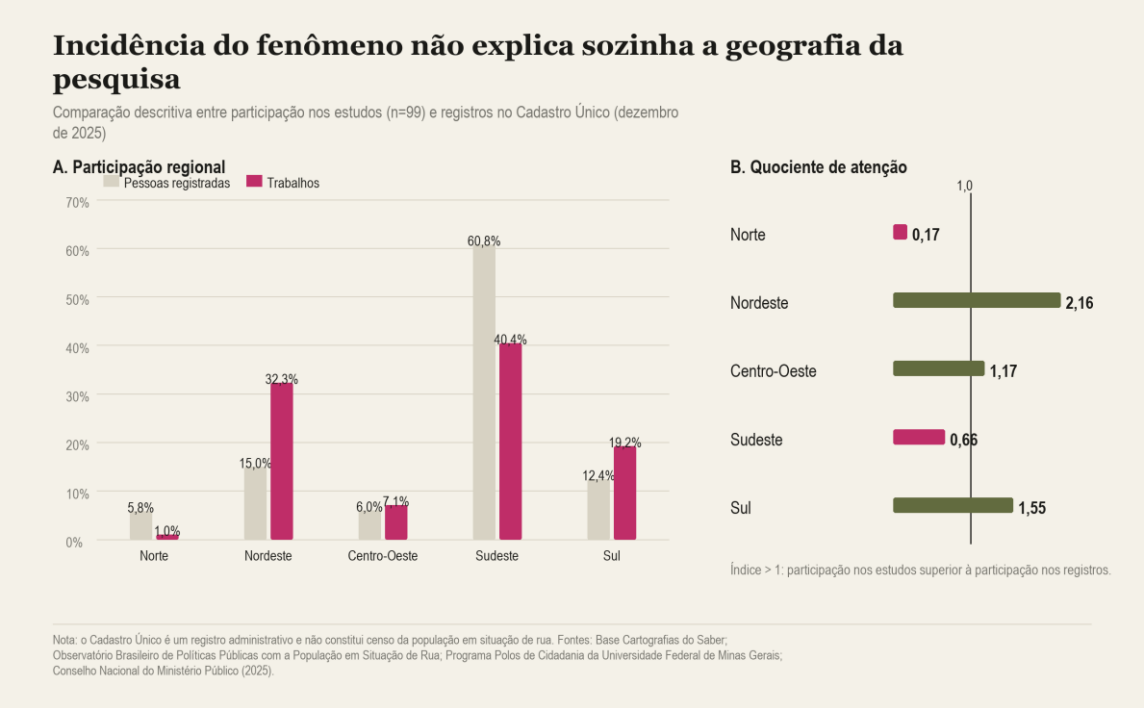


As duas geografias se aproximam, mas não coincidem integralmente. O Sudeste produz cinco trabalhos a mais do que recebe como lócus empírico; o Nordeste é pesquisado em dois casos a mais do que sua origem institucional; Centro-Oeste, Sul e Norte apresentam equivalência numérica. Esses deslocamentos não eliminam o peso da proximidade entre programa e campo, mas demonstram que ele não é absoluto. Pesquisadores constroem comparações, acompanham trajetórias e investigam problemas que ultrapassam a sede institucional. Por essa razão, “onde se produz” e “onde se pesquisa” devem permanecer como dimensões analíticas separadas.

Também é preciso qualificar o sentido de concentração regional. O Sudeste reúne a maior parcela dos trabalhos regionalizáveis, 40,4%, mas não a maioria do corpus. O Nordeste responde por 32,3%, uma participação que não pode ser descrita apenas como reflexo secundário da produção nacional. Fortaleza empata com São Paulo como cidade mais pesquisada, com 12 ocorrências, e a UFC é a instituição mais frequente. Quando esses resultados são colocados ao lado da capacidade instalada em 2024 — 59 programas no Sudeste e 36 no Nordeste —, torna-se ainda mais nítido que a produção nordestina possui intensidade própria. Isso não apaga as assimetrias históricas da ciência brasileira. Demonstra que elas são atravessadas por regimes produtivos locais, nos quais determinadas questões encontram continuidade, orientação e acesso empírico.

A comparação com os registros de dezembro de 2025 evidencia outra parte desse movimento. O Sudeste concentrava 60,8% das pessoas registradas no Cadastro Único e 40,4% dos trabalhos regionalizáveis, resultando em quociente de atenção de 0,66. O Nordeste reunia 15,0% dos registros e 32,3% dos estudos, com quociente de 2,16. No Sul, as participações eram 12,4% e 19,2% (1,55); no Centro-Oeste, 6,0% e 7,1% (1,17); e, no Norte, 5,8% e 1,0% (0,17).

Figura 4 – Participação regional e quociente descritivo de atenção



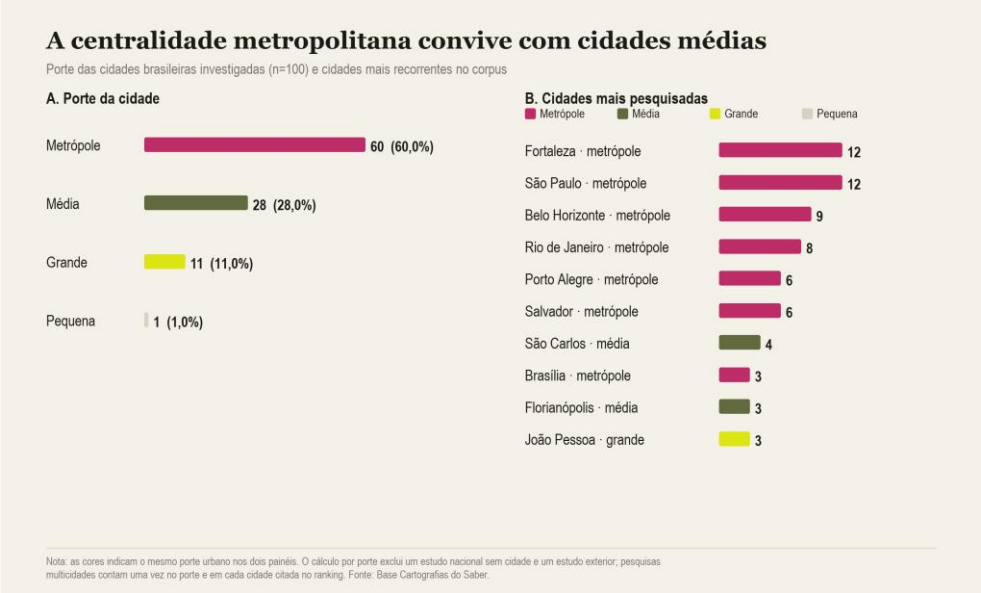
O sentido do indicador é simples, embora suas consequências analíticas sejam importantes. Valores maiores que 1 mostram uma participação acadêmica superior à participação regional nos registros; valores menores que 1 mostram uma participação inferior. O quociente não permite classificar regiões como interessadas ou desinteressadas, porque o denominador também depende da capacidade institucional de cadastrar, e porque nenhum número informa, sozinho, como uma agenda científica se constitui. Ele permite, contudo, afirmar que a dimensão registrada da população não explica a geografia dos estudos.

No Norte, uma participação de 5,8% nos registros corresponde a apenas 1,0% das pesquisas. A região possui menos programas e, em muitas cidades, contingentes menores ou menos concentrados podem reduzir a presença pública do tema. Ainda assim, a distância entre registros, capacidade instalada e produção indica que a baixa incidência não decorre de uma única causa. No Nordeste ocorre uma composição diferente: a participação administrativa é menor, mas a produção se adensa em cidades e instituições específicas. Fortaleza e a UFC não representam todo o Nordeste, mas mostram como uma agenda local pode produzir continuidade e projeção regional. No Sul, a atenção proporcional também é superior à participação nos registros, enquanto o Centro-Oeste se aproxima mais dessa distribuição.

Em vez de atribuir essas diferenças a um princípio uniforme, sustentamos que cada região e programa se inscreve em uma economia do visível própria. O debate público sobre a presença nas ruas, as transformações dos centros, a abertura ou o fechamento de equipamentos, a implementação de políticas, os conflitos em torno do espaço público, as prioridades dos grupos de pesquisa e os interesses dos pesquisadores podem fazer uma questão ganhar ou perder densidade científica. Esses elementos não funcionam como variáveis independentes que se somam mecanicamente. Eles se relacionam e conformam regimes produtivos: uma política pode criar um novo acesso ao campo; um equipamento pode estabilizar relações de pesquisa; uma controvérsia local pode produzir perguntas; e uma tradição de orientação pode sustentar sucessivas dissertações e teses.

A hierarquia urbana acrescenta outra camada ao argumento. Entre os 100 trabalhos classificáveis por porte no Brasil, 60 investigam metrópoles, 28 cidades médias, 11 cidades grandes e um investiga uma cidade pequena.

Figura 5 – Porte urbano e cidades mais pesquisadas



A centralidade metropolitana é inequívoca, mas cidades médias não constituem uma ausência. Elas formam mais de um quarto dos casos e representam uma base substantiva para deslocar a discussão. O problema não está somente na quantidade de estudos, mas na tradição que converte experiências metropolitanas em linguagem geral da cidade e da vida nas ruas.

O ranking das cidades reforça essa leitura. Fortaleza e São Paulo aparecem em 12 trabalhos cada, seguidas por Belo Horizonte (nove), Rio de Janeiro (oito), Porto Alegre e Salvador (seis cada) e São Carlos (quatro). Brasília, Florianópolis e João Pessoa aparecem três vezes. Não existe uma escala linear na qual cidades maiores produzam necessariamente mais pesquisas. A posição na rede urbana, a concentração de programas, a tradição de grupos, a centralidade política, a visibilidade local do fenômeno e as redes de acesso participam da escolha dos territórios.

Mais do que um predomínio numérico, a metropolitanidade produz efeitos conceituais. Categorias formadas em experiências metropolitanas podem anteceder a observação e organizar aquilo que se espera encontrar em outras cidades. A nomeação de uma concentração de uso de crack como “Cracolândia”, por exemplo, não oferece apenas uma descrição espacial; ela transporta repertórios de interpretação, intervenção e controle constituídos em contextos metropolitanos específicos (RUI, 2014). Da mesma forma, a morfologia ou a localização de uma praça, marquise ou monumento não explica, por si só, por que esse espaço se torna recorrente nas vivências de rua. Lugares são produzidos por práticas, encontros, memórias, conflitos, circuitos institucionais e sentidos compartilhados (LEFEBVRE, 2019; LEITE, 2007).

Defender essa posição não significa negar que metrópoles concentrem pessoas, serviços, conflitos e condições específicas de pesquisa. Significa recusar que densidade e morfologia sejam transformadas em fundamentos universais. Em cidades médias e pequenas, a recorrência dos encontros, a circulação mais rápida de informações, a menor possibilidade de anonimato, as redes pessoais e institucionais e outras formas de ocupação do espaço podem reorganizar a experiência de rua. Pesquisar essas escalas não serve apenas para preencher vazios no mapa. Serve para interrogar a transferibilidade das categorias e ampliar aquilo que reconhecemos como urbano.

6 Métodos, marcadores e localidades: modos de construir o objeto

As escolhas metodológicas não se restringem a procedimentos técnicos. Elas configuram modos de acesso, relações de pesquisa e formas de construir a população em situação de rua como objeto. As categorias foram registradas de maneira não excludente, respeitando a combinação de estratégias. A etnografia aparece em 46 trabalhos (45,1%), as entrevistas qualitativas em 39 (38,2%) e a pesquisa-ação, as metodologias participativas ou a observação participante em 32 (31,4%). Seguem-se a análise documental, com 24 (23,5%), e as histórias de vida ou narrativas, com 17 (16,7%). Apenas um trabalho foi classificado como estritamente quantitativo; cinco articularam métodos qualitativos e quantitativos.

Figura 6 – Estratégias metodológicas mobilizadas



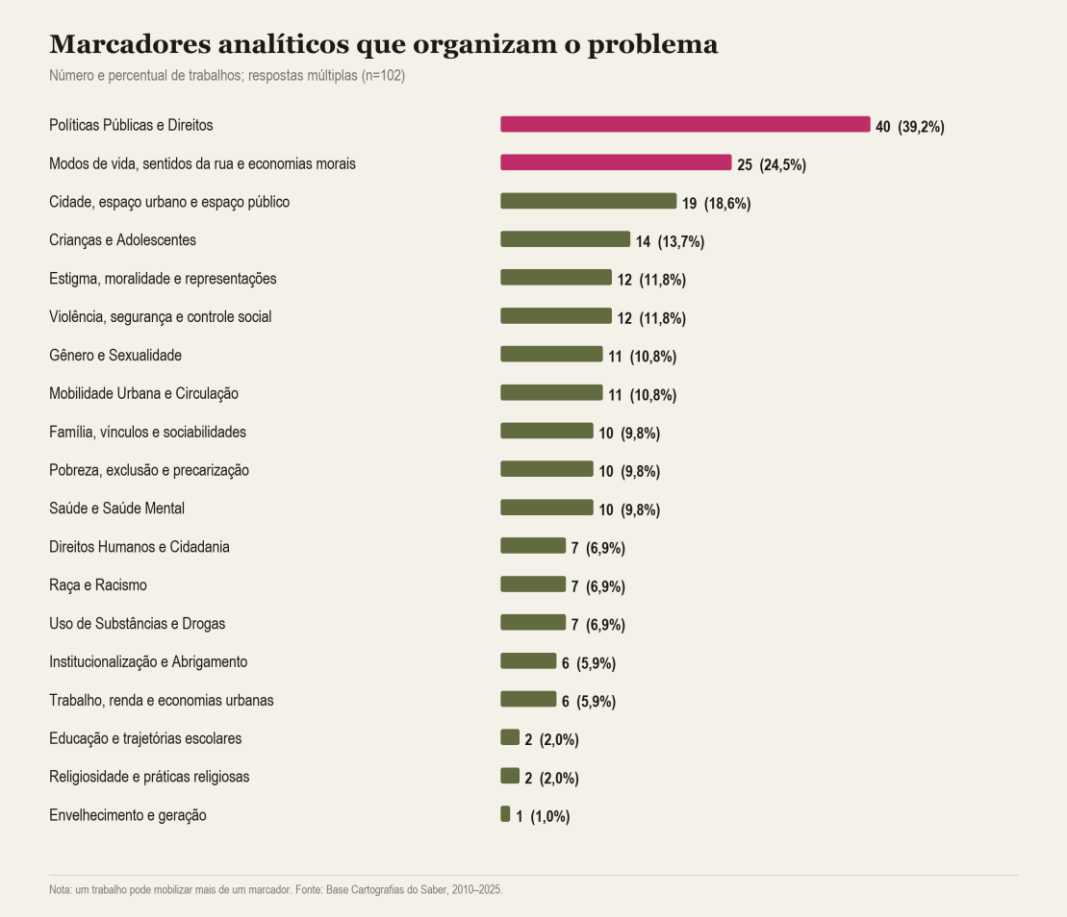
O predomínio qualitativo expressa uma valorização da aproximação direta, das experiências cotidianas e das relações produzidas no campo. Esse perfil é coerente com um objeto marcado por mobilidade, precariedade documental e heterogeneidade de trajetórias, diante do qual as bases nacionais ainda são limitadas. Ele também mostra a força socioantropológica na construção do tema. Entretanto, a escassez de estratégias quantitativas restringe a possibilidade de dimensionar padrões, testar associações e relacionar de maneira mais sistemática experiências locais a distribuições mais amplas. Não se trata de substituir profundidade por extensão, mas de construir combinações metodológicas capazes de preservar a espessura das experiências e produzir comparabilidade.

A frequência da etnografia, das entrevistas e da observação participante mostra, ainda, que o conhecimento depende de vínculos, permanências e mediações concretas. Não existe acesso neutro à rua. Pesquisadores chegam por serviços, projetos de extensão, atividades profissionais, redes pessoais, instituições ou áreas urbanas já reconhecidas como territórios de permanência. Essas

inserções podem abrir relações de confiança e tornar visíveis dimensões inacessíveis a abordagens distantes; simultaneamente, podem privilegiar sujeitos já alcançados por determinadas redes e deixar menos visíveis aqueles que evitam ou não acessam esses dispositivos.

Os marcadores analíticos mostram quais dimensões organizam as perguntas. Políticas públicas e direitos aparecem em 40 trabalhos (39,2%), seguidos por modos de vida, sentidos atribuídos à rua e economias morais, presentes em 25 (24,5%). Cidade, espaço urbano e uso do espaço público comparecem em 19 (18,6%). Crianças e adolescentes estão em 14 trabalhos (13,7%); estigma e representações, assim como violência, segurança e controle social, aparecem em 12 (11,8%) cada; gênero e sexualidade, assim como mobilidade urbana, figuram em 11 (10,8%) cada.

Figura 7 – Marcadores analíticos mobilizados

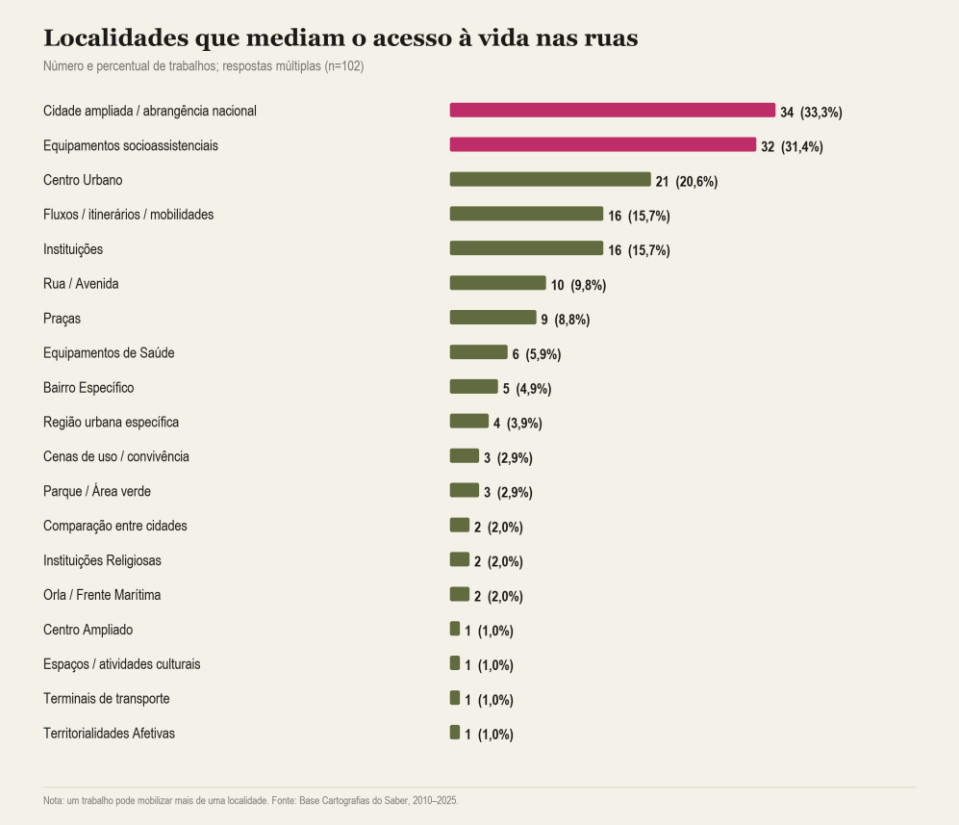


A centralidade das políticas e dos direitos evidencia a mútua implicação entre produção acadêmica e dispositivos estatais de reconhecimento, proteção e regulação. Já o conjunto voltado aos modos de vida sustenta uma inflexão em direção às práticas ordinárias, narrativas, trajetórias, relações e sentidos produzidos pelos sujeitos. A literatura não abandona interpretações estruturais sobre pobreza e desigualdade; ela passa a articulá-las, com maior frequência, à agência e à experiência cotidiana.

As frequências menores também são resultados e devem ser lidas de forma incisiva, mas sem transformar toda baixa incidência em ausência. Raça e racismo estruturam o argumento principal de sete trabalhos (6,9%), embora pessoas negras correspondam à maioria da população registrada. Trabalho, renda e economias urbanas aparecem em seis (5,9%); educação e religiosidade, em dois cada (2,0%); envelhecimento e geração, em um (1,0%). Há, portanto, uma sub-representação analítica desses eixos no corpus. Isso não significa que estejam inteiramente ausentes das obras: uma categoria pode atravessar o texto sem organizar sua problemática principal. Ainda assim, a distância entre sua relevância social e sua centralidade analítica delimita uma agenda de pesquisa.

As localidades empíricas revelam outra seletividade. Abordagens da cidade ampliada ou de abrangência nacional aparecem em 34 trabalhos (33,3%), e equipamentos socioassistenciais, em 32 (31,4%). Centros urbanos estão em 21 (20,6%); fluxos, itinerários e mobilidades, em 16 (15,7%); instituições em sentido amplo, também em 16; ruas e avenidas, em dez (9,8%); praças, em nove (8,8%); e equipamentos de saúde, em seis (5,9%).

Figura 8 – Localidades empíricas privilegiadas



A presença expressiva de equipamentos socioassistenciais mostra que parte relevante do conhecimento é produzida em espaços mediadores entre Estado e população. Esses ambientes oferecem acesso, alguma estabilidade para observação e condições éticas e operacionais para estabelecer contato. Ao mesmo tempo, possuem regras, expectativas e relações de poder que modulam discursos e práticas. A vida nas ruas apreendida a partir de um centro de referência ou de uma unidade de acolhimento não é menos real, mas é uma vida observada de uma posição institucional específica.

É precisamente aqui que a espacialidade da pesquisa precisa ser lida como posição. Quando registramos que um trabalho foi realizado no centro, em um equipamento, em uma praça ou por meio do acompanhamento de fluxos, indicamos simultaneamente onde a população foi vista e de onde o pesquisador a viu. Essa diferença interfere nos sujeitos acessados, no tipo de relação possível, nas temporalidades do campo e nas práticas que entram na análise. A cartografia das localidades não é somente um mapa da população em situação de rua. Ela é também um mapa dos pontos de observação e das mediações por meio das quais o campo científico se aproximou dela.

O centro urbano e os circuitos de mobilidade possuem presença importante, o que impede afirmar que a literatura esteja confinada às instituições. Ainda assim, as frequências menores de praças, parques, orlas, terminais, espaços culturais e territorialidades afetivas indicam que determinados lugares de circulação, convivência, conflito e produção simbólica foram menos explorados. Isso possui efeitos interpretativos. Uma ponte, praça, marquise ou monumento não se converte em lugar de rua apenas por sua arquitetura ou localização. Se um lugar é produzido pela

recorrência das práticas, pelos encontros, pelas memórias e pelos sentidos que nele se estabilizam, acompanhá-lo exige ultrapassar sua forma material e os usos oficialmente prescritos (LEFEBVRE, 2019; LEITE, 2007). Transposta para o corpus, essa questão nos obriga a perguntar quais espacialidades se tornam acessíveis à pesquisa e quais permanecem fora de seus pontos habituais de observação.

Os dados não sustentam uma determinação direta entre porte urbano, métodos e marcadores. Etnografias, estudos sobre políticas e investigações dos modos de vida atravessam metrópoles e cidades médias. Esse resultado reforça nosso argumento: a morfologia participa das condições da experiência, mas não produz automaticamente uma abordagem científica. O efeito mais consistente da metropolitanidade reside na capacidade de determinadas experiências se tornarem mais disponíveis, reconhecíveis e generalizáveis. A tarefa crítica consiste em observar de onde essas interpretações foram produzidas e até onde podem viajar.

7 Considerações finais

A cartografia de 102 teses e dissertações permite defender algumas posições. A produção das Ciências Sociais brasileiras sobre a população em situação de rua é contínua, predominantemente qualitativa e majoritariamente situada em metrópoles. Ao mesmo tempo, ela é mais policêntrica do que uma narrativa organizada exclusivamente pela falta permitiria reconhecer: o Sudeste reúne a maior parcela, mas não a maioria dos trabalhos; Ciências Sociais e Sociologia possuem a mesma frequência; o Nordeste apresenta participação substantiva; a UFC é a instituição mais recorrente; e cidades médias correspondem a 28% dos casos brasileiros classificáveis.

Esses resultados mostram que a geografia do conhecimento não reproduz de forma direta nem a distribuição dos programas nem a distribuição administrativa da população registrada. A comparação com os 150 programas existentes nas áreas de referência em 2024 confirma que capacidade instalada é uma condição importante, mas insuficiente. A Ciência Política possui o maior universo formal e quase não comparece no corpus; o Nordeste produz uma agenda robusta diante de um sistema menor que o do Sudeste; e o Norte permanece pouco representado mesmo quando consideramos sua menor capacidade instalada e sua participação mais baixa no Cadastro Único.

O quociente de atenção oferece outra demonstração dessa seletividade. Nordeste e Sul apresentam participação nos estudos superior à participação nos registros; o Norte apresenta o quociente mais baixo; e o Sudeste, embora concentre o maior número absoluto de pesquisas, possui participação proporcional inferior à sua parcela administrativa. Esses valores não medem o interesse dos pesquisadores e tampouco a incidência real da população. Eles tornam observável o intervalo entre uma realidade registrada e sua transformação em problema científico.

É nesse intervalo que se organiza a economia do visível. Debates públicos, transformações locais, políticas, equipamentos, conflitos urbanos, agendas de programas e interesses de pesquisa distribuem atenção e produzem condições distintas para que a vida nas ruas seja reconhecida, acessada e investigada. Regimes de atenção são as configurações concretas assumidas por essa economia em programas e territórios específicos. Por essa razão, uma população numericamente menor pode adquirir grande densidade científica, enquanto uma presença expressiva pode permanecer pouco incorporada às agendas acadêmicas.

A crítica à metropolitanidade também precisa ser formulada para além de uma contagem de cidades. A existência de 28 estudos em cidades médias impede tratá-las como lacuna absoluta. O problema reside na tradição universalizante que permite a categorias metropolitanas circular como medida geral da vida urbana. Densidade, morfologia e volume populacional importam, mas não esgotam as relações socioespaciais. Outras escalas produzem regimes próprios de proximidade, anonimato, reconhecimento, circulação e controle. Investigar cidades médias e pequenas não

significa somente diversificar casos; significa submeter as próprias categorias das Ciências Sociais à prova de outras experiências urbanas.

Por fim, a concentração de estudos em equipamentos socioassistenciais e o predomínio de métodos de aproximação direta demonstram que todo conhecimento é construído por acessos situados. A espacialidade informa onde a população em situação de rua foi pesquisada e, simultaneamente, de onde ela foi observada. Tornar essa posição explícita amplia a reflexividade do campo e impede que uma visão institucional, central ou metropolitana seja confundida com a totalidade da experiência.

Esta cartografia não esgota o campo. Seu recorte exclui áreas disciplinares decisivas, depende das condições de indexação dos repositórios e compara trabalhos produzidos ao longo de 16 anos com um registro administrativo de dezembro de 2025. O quociente deve ser lido como instrumento descritivo, não como medida normativa. Ainda assim, ao articular origem institucional, lócus empírico, porte urbano, localidades e incidência registrada, o levantamento oferece uma base replicável para compreender as posições a partir das quais as Ciências Sociais brasileiras tornaram a vida nas ruas visível e inteligível.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia geral: volume 1: lutas de classificação: curso no Collège de France (1981–1982)**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Retorno à reflexividade**. Organização de Jérôme Bourdieu e Johan Heilbron. Tradução de Thomaz Kawauche. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 15 ago. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **População em situação de rua no Cadastro Único**. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/populacao-em-situacao-de-rua-no-cadastro-unico>. Acesso em: 15 ago. 2026.

CAPES — COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Programas da pós-graduação stricto sensu no Brasil: ano-base 2024**. Dados Abertos Capes, Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2021-a-2024-programas-da-pos-graduacao-stricto-sensu-no-brasil>. Acesso em: 15 ago. 2026.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GAMA, Bruno Cerqueira et al. (org.). **Relatório censitário: contagem e caracterização da população em situação de rua em Aracaju - Sergipe, no ano de 2024**. 1. ed. Aracaju, SE: [s. n.], 2026. 86 p. ISBN 978-65-5278-529-9. DOI: https://doi.org/10.70271/260128.1551. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/24679>. Acesso em: 15 ago. 2026.

IBGE — INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007.

MENDES, Kíssila Teixeira; RONZANI, Telmo Mota; PAIVA, Fernando Santana de. População em situação de rua, vulnerabilidades e drogas: uma revisão sistemática. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 31, e169056, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31169056.

NASCIMENTO, Mariana Siracusa. A agenda de pesquisa sociológica no Brasil: o caso dos Programas de Pós-Graduação. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 52, n. 2, p. 145–178, 2021. DOI: https://doi.org/10.36517/rcs.52.2.d05.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA; PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS; CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Perfil da população em situação de rua no Brasil comparativo: informe técnico, dezembro de 2025**. Brasília, DF: CNMP, 2025. ISBN 978-65-86750-94-2. Disponível em: <https://cnmp.mp.br/portal/informes/2025/informe-tecnico-ComparativoBrasilVsEstadosEDf2025.html>. Acesso em: 15 ago. 2026.

PRIORI, Josimar. De mendigos a população: transformações nos modos de compreender a vida nas ruas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 19, n. 219, p. 109–118, nov./dez. 2019.

REDE DE PESQUISADORES SOBRE CIDADES MÉDIAS. **Sobre a ReCiMe**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://recime.com.br/sobre-recime/>. Acesso em: 15 ago. 2026.

RIZZINI, Irene; COUTO, Renata Mena Brasil do. População infantil e adolescente nas ruas: principais temas de pesquisa no Brasil. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 105–122, jan./abr. 2019. DOI: https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30867.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37–50, set./dez. 2006.

RUI, Taniele. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andréa Vieira. Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 38, n. 4, p. 662–679, out./dez. 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.